



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO PROGRAMA DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC).

Maria Luzirene Oliveira do Nascimento
Universidade Federal do Piauí
luzirene_oliveira89@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é dedicado à análise da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), desenvolvido no Governo Dilma (2011-2014), problematizando a relação entre o público e o privado que permeia essa proposta, uma vez que este programa tem sido executado pela União em parceria com os estados, municípios e setores da iniciativa privada. Desta feita, torna-se pertinente a discussão acerca da privatização da Educação Profissional, pois o repasse de recursos públicos para o setor privado para a promoção de políticas de formação para o mercado de trabalho termina por beneficiar duplamente este setor.

O Pronatec foi instituído pela Lei nº 12.513/2011, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Este programa tem apresentado um contraponto às reformas de Educação Profissional promovidas no Governo Lula, ao apontar para a formação meramente técnica, desvinculada de uma formação integral, contraditoriamente a perspectiva do Decreto nº 5.154/2004.

Embora esse Decreto permita “variadas formas de organização da educação profissional técnica, desde a separação completa em relação ao ensino médio até a integração total” ele pretendeu resgatar a possibilidade de ofertada integrada ao ensino médio, cassada durante o governo FHC Decreto nº 2.208/1997. Todavia o Pronatec enfraquece a proposição do referido Decreto 5154/2004 ao estimular e induzir a oferta da educação profissional desvinculado do ensino médio envolvendo, ainda, organicamente a iniciativa privada.

Este estudo, portanto, visa contribuir para o debate sobre a execução do Pronatec na esfera do Sistema S, tendo como foco investigativo o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A articulação do público–privado na execução



do Pronatec suscita questionamentos pertinentes à análise das contradições desse programa com vistas a compreender o caráter do financiamento público da oferta de educação profissional pela rede privada, nos seguintes termos: o Pronatec é uma proposta que se constitui como uma modalidade de privatização da educação? O Pronatec é restrito a formar mão de obra para o mercado de trabalho, numa perspectiva mercantilista?

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é cunho qualitativo uma vez que nos proporciona uma visão holística dos fenômenos estudados, e analise a interação do objeto de estudo com o contexto social e político em que se insere. Como instrumento de levantamento de dados utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental para as análises propostas.

A pesquisa bibliográfica é caracterizada por Gil (2011, p.50) como uma pesquisa que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esta metodologia de pesquisa nos possibilitou aproximação com a temática estudada.

No que se refere à pesquisa documental Severino conceitua como “toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador” (2010, p. 124). No caso estudado, a pesquisa documental se constitui como técnica de identificação, levantamento, exploração de fontes do objeto pesquisado.

3 O PRONATEC E A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A relação entre o público e o privado nas políticas educacionais marca, historicamente, a contradição entre a educação para uma emancipação humana (emancipadora) e a educação para o mercado de trabalho (mercantilista). No âmbito da Educação Profissional, as políticas destinadas a essa modalidade de ensino têm sido, predominantemente, voltadas à formação de mão de obra para o mercado, portanto aos interesses do capital. De acordo com Paro (2001, p.22) “quando se examina a prática e se analisa com frieza o que a escola procura fazer, na ação de seus professores e no atendimento às aspirações e expectativas de seus usuários, o que aparece sempre como perspectiva essencial é o mercado de trabalho”, disto



decorre a responsabilidade que é transferida para a educação de possibilitar mobilidade social e empregabilidade, principalmente no âmbito da Educação Profissional, porque diretamente relacionada à formação para o trabalho. Sob essa perspectiva Paiva (2002, p.59) nos esclarece que:

A “empregabilidade” converte-se, neste caso, num corolário dos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação. Torna-se tarefa das instituições que oferecem educação tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos a demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos. Digamos que a contração do mercado de trabalho aprofunda a subsunção do sistema educacional (e especialmente da educação profissional) aos requisitos do capital.

A atenção despendida por instituições privadas para a execução de programas de Educação Profissional, especialmente o Pronatec, decorre da percepção de que a parceria com o Estado é uma possibilidade dessas instituições alargarem seu mercado de oferta e crescimento na educação privada. Para Teodoro (2014, p.6) isto é resultado do entedimento de que “a educação se tornou um bem de consumo extremamente rentável para o setor privado, o que justifica tamanho interesse do capital na multiplicação de oportunidades de estudos”. A educação é um meio de potencializar o capital humano para o trabalho, multiplicam-se as oportunidades para formação de uma mão de obra necessária e excedente para o capital.

No caso do Sistema S, que desde sua criação tem como objetivo formar mão de obra para o mercado de trabalho, os programas de gratuidade para o trabalhador resultam em isenções fiscais. O diferencial da atual política de Educação Profissional é o apoio financeiro recebido do Estado e a possibilidade de expansão da instituição e da oferta de Educação Profissional, agora na modalidade Pronatec. O Senac, por exemplo, desenvolve parcerias locais, entre as quais se destacam as realizadas com prefeituras, governos estaduais, ONGs, empresas e instituições públicas e privadas, voltadas ao fomento da cidadania e ao acesso à educação profissional.

No que se refere à parceria do Governo com o Senac para a execução do Pronatec, o Ministério da Educação aponta que essa parceria tem se dado através



da implementação do programa com o nome de Acordo de Gratuidade que, teoricamente, tem o objetivo de ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do Senai, do Senac, do Sesc e do Sesi, recebidos da contribuição compulsória que mantém estas instituições. No entanto, além das referidas contribuições compulsórias, há o repasse de verba pública para a execução do Pronatec. Reportagem do Jornal o Globo explicita os recursos adicionais ao informar que o Governo Federal destinou R\$ 899 milhões ao Sistema S para oferta do Pronatec em 2014, assim distribuídos:

O Senai receberá o maior montante, R\$ 567,5 milhões, seguido pelo Senac (R\$ 305,2 milhões), Senat (R\$ 16,3 milhões) e Senar (R\$ 10,8 milhões). O Pronatec foi criado em 2011 pelo governo federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. (O GLOBO, 2014)

Sob o discurso da democratização do acesso e qualificação profissional, o Governo Federal repassa dinheiro público para atender a formação para o mercado de trabalho, no entanto, Leher (2014) em entrevista à EPSJV/Fiocruz alerta para a possível privatização da educação a partir dessas políticas de financiamento de serviço público em instituições de caráter privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate entre o público e o privado na Educação profissional permeia as políticas de acesso ao ensino técnico que têm sido promovidas na modalidade de PRONATEC. Sob a falácia da democratização do acesso à Educação o Governo realiza parceria com a iniciativa privada para a promoção da oferta de Educação Profissional. Essa perspectiva de oferta da educação em que o público se confunde com o privado, estrategicamente, se apresenta como uma expansão de instituições privadas através.

Isto se configura como uma expansão do mercado educacional na oferta de cursos técnicos. Na prática surge um mercado promissor de educação que possibilita o lucro dessas empresas de serviço educacional. Uma nova modalidade de empresariado que se articula com a esfera pública para expandir seus negócios. A educação no rol da privatização e mercantilização de um serviço que deveria ser direito do cidadão e dever do Estado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Objetivos e iniciativas do PRONATEC.** Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>. Acesso em: 14.06.2014

BRASIL, Ministério da Educação. **Governo e Sistema S fecham acordo.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10909. Acesso em: 14.06.2014

EPSJV/FIOCRUZ. **O privado na educação: Brasil ganha maior empresa de educação do mundo.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=875>. Acesso em: 01.06.2014

EPSJV/FIOCRUZ. **Pronatec: público e privado na educação profissional.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=507>. Acesso em: 01.06.2014

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Educação profissional: Análise contextualizada.** Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

O GLOBO. **Governo destina R\$ 899 milhões ao Sistema S para oferta de cursos do Pronatec.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governo-destina-899-milhoes-ao-sistema-para-oferta-de-cursos-do-pronatec-11449345>. Publicado em 30/01/2014. Acesso em 14.06.2014

PAIVA, Vanilda. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social.** In: A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Pablo Gentili e Gaudêncio Frigotto (orgs). 3 ed. São Paulo: Cortez; 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Parem de preparar para o trabalho!!! – Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica.** In: Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. rev. e atual. 5 reimpressão. São Paulo Cortez, 2010.

SENAC. **Pronatec.** Disponível em: <http://www.senac.br/programas/pronatec.aspx>. Acesso em: 16.06.2014

TEODORO, Maria Cecília Máximo. **Capitalismo, trabalho e educação em tempos de neoliberalismo: diagnóstico e críticas.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6ef80bb237adf4b6>. Acesso em: 15.06.2014
